

Intelectuais, cultura e política : Os imortais e a ditadura civil-militar no Brasil

DIOGO CUNHA*

Introdução

Ao longo dos anos 1960 e 1970, vários intelectuais da Academia Brasileira de Letras (ABL) foram convidados a proferir conferências em diferentes instituições. Todas as quintas-feiras, o presidente Austregésilo de Athayde divulgava as conferências que seriam apresentadas pelos acadêmicos no decorrer da semana seguinte. A língua portuguesa, a literatura brasileira — abordada pelo viés dos “grandes escritores” —, a história do Brasil, e sobretudo a política eram os temas mais recorrentes, e os imortais eram acolhidos por diversas instituições : escolas — como o prestigioso Colégio Pedro II —, universidades, os Institutos Históricos e Geográficos, numerosas associações literárias, além dos estabelecimentos de ensino ligados às Forças Armadas como a Escola Naval, a Escola de Comando do Estado-Maior (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

Analisar essas conferências é o objetivo desse artigo. Acreditamos que elas são fundamentais para avaliar a dinâmica das relações entre a ABL e o regime civil-militar. A impossibilidade de reuni-las em sua totalidade nos impele a uma delimitação com o intuito de tornar o exame desse conjunto de fontes mais operacional e objetivo. Por duas razões, optamos pelas conferências que foram proferidas na ESG entre 1961 e 1985. A primeira razão se deve ao papel dessa instituição tanto como o espaço que aproximou civis e militares que apoiavam a deposição do presidente eleito João Goulart, como também um centro de formação de uma elite destinada a ocupar postos-chaves na administração estatal. A segunda razão está ligada ao conteúdo dessas conferências, que guardam uma certa homogeneidade. Além dos temas propriamente políticos, as reflexões sobre o “campo psicossocial” davam aos acadêmicos a possibilidade de

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando em História pela Universidade de Paris I (Panthéon/Sorbonne) /Monde américains : société, circulation, pouvoir - Unité Mixte de Recherche 8168.

abordar temas muito mais amplos como os da formação do povo e sua psicologia, da cultura brasileira e da identidade nacional.

Esses temas estão ligados à problemática da construção e da legitimação do Estado-nação, muito além, portanto, das questões políticas imediatas. Alguns historiadores que trataram da história das nações e dos nacionalismos argumentam que esses dois fenômenos se desenvolveram a partir do final do século XVIII, associados ao surgimento da moderna sociedade de massas (ANDERSON, 1996; HOBBSAWM, 1990). Uma nação seria, segundo Benedict Anderson, uma “comunidade imaginada”, pois é criada pelo aparelho do Estado preocupado com o seu grau de legitimidade perante a sociedade, cada vez mais participante ativa do jogo político. Entretanto, como nos lembra a Angela de Castro Gomes (1996:18), a criação de uma nação é uma operação complexa e sofisticada que exige a utilização, por parte do Estado, de vários elementos culturais para criar “zonas de igualdade” em um território a priori heterogêneo. O objetivo seria ao mesmo tempo integrar internamente e se diferenciar das outras comunidades nacionais. A língua é certamente o elemento cultural mais evidente, ao qual Gomes acrescenta a consciência étnica, as tradições religiosas e um passado comum, tudo resultado de grandes investimentos estatais. O processo de criação de uma “consciência nacional”, por sua vez, se faz de forma desigual no tempo entre os grupos e regiões de um país. Para analisar o caso europeu, Hobsbawm (1990:12) faz uso da periodização proposta por Miroslav Hroch (1985) que defende a existência de três fases na história dos nacionalismos: a fase A, desenvolvida no século XIX, puramente cultural, literária e folclórica; a fase B, marcada pela ação de uma minoria engajada numa campanha a favor da “ideia nacional”; e a fase C, quando os programas nacionalistas adquirem um apoio de massa.

Ao aplicar livremente a periodização de Hroch para o caso brasileiro, Angela de Castro Gomes examina quando, como e por intermédio de que agentes as ideias nacionalistas ligadas à produção de um passado comum teriam conquistado um apoio de massa. Segundo ela, a transição da segunda para a terceira fase teria ocorrido no início dos anos 1940, quando o aparelho do Estado, em plena modernização, prevê a próxima “eleitoralização” que a Segunda Guerra Mundial e o alinhamento com os Estados Unidos apontavam de forma clara. Isso explicaria o esforço do regime de Vargas no sentido de elaborar uma nova forma de legitimidade através da identificação do povo à

nação, que por sua vez era representada pelo Estado.

Essas reflexões preliminares são necessárias pois acreditamos que a ditadura civil-militar pós-1964 se viu forçada a procurar formas de legitimação muito mais elaboradas do que as explicações dadas após o primeiro de abril. Em primeiro lugar, porque a construção do Estado e da nação é um processo dinâmico, sempre inacabado, e que por isso exige uma incessante atualização da sua legitimidade. Essa “atualização”, por razões evidentes, se faz ainda mais necessária em momentos de ruptura política e mudança de regime. Em segundo lugar, porque entre 1945 e 1964, o Brasil conheceu uma era de democratização sem precedentes, o que reforçou a sua necessidade de legitimação por parte da ditadura civil-militar: se no início dos anos 1940 a “eleitoralização” era apenas previsível, à partir dos anos 1960 ela era bem real.

Nossa hipótese é que os intelectuais da ABL, ao proferir regularmente conferências na ESG, tiveram um papel importante nos mecanismos de legitimação do Estado pós-1964. Enfatizando a ausência de conflitos na história do Brasil e abordando temas como a formação harmônica do povo brasileiro e a sua índole cordial e pacífica, enfim, defendendo a existência de uma “verdadeira Cultura Brasileira”, acreditamos que houve uma conexão muito clara entre as teses defendidas pelos imortais e o discurso oficial do regime civil-militar. Os intelectuais tiveram portanto um papel crucial na circulação de uma certa leitura acerca do Brasil e que foi uma fonte de legitimidade para os ideólogos da última ditadura brasileira.

1. Os intelectuais, a política, a cultura

Durante as pesquisas na biblioteca da ESG encontramos um total de 25 conferências proferidas por membros da ABL. Entre conferencistas ocasionais e eméritos, estão presentes Austregésilo de Athayde, Pedro Calmon, Cândido Motta Filho, Hermes Lima, José Honório Rodrigues, Miguel Reale, Vianna Moog e Josué Montello. Os temas vão além dos três pontos clássicos da variante brasileira da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) — guerra revolucionária, geopolítica e desenvolvimento econômico. Tratavam, em sua maioria, de temas políticos que iam desde problemas conjunturais à natureza dos diferentes regimes, passando por análises das relações internacionais.

Apesar da predominância da problemática estritamente política — Estado, instituições e relações internacionais — optamos por nos concentrar na análise de outros temas abordados por esses mesmos imortais. São temas que giram em torno do que constituiria a *nação* brasileira: o povo brasileiro, ou seja, a história da sua formação, suas “características” e sua psicologia; a “cultura brasileira”, a língua portuguesa e a literatura, entre outros. A preocupação, por parte dos intelectuais, com a construção da nação é no entanto muito antiga e remonta aos escritores românticos do século XIX. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, e numa outra perspectiva, essa preocupação volta ao centro do debate intelectual. A ideia de uma Europa como modelo de civilização que deveria ser seguido chega ao fim após o conflito que devastou o velho continente, assim como o ideal cosmopolita da “Belle Époque Tropical”. Uma parte considerável dos intelectuais voltam sua atenção para o próprio país e assumem a tarefa de “criar” uma nação, com instituições adaptadas à “realidade brasileira”, como se dizia na época, e não importadas da Europa. A “criação” de um *povo brasileiro* — possuidor de uma identidade cultural manifestada nas maneiras de ser, de falar, nas variedades étnicas e culturais, mas vivida de forma inconsciente — era outra tarefa urgente e necessária para assegurar a unidade do país.

Os intelectuais da década de 1920 acreditavam possuir um saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores sociais, e que os permitia definir o *nacional* e as condições de sua organização. Para eles, o cultural e o político eram indissociáveis em sua tarefa de criar a nação. A elaboração da “cultura brasileira” era portanto uma missão essencialmente política, pois a essência da política era considerada como o processo que levaria ao surgimento de uma identidade cultural. Mais preparados que qualquer outro grupo social, os intelectuais seriam os mais aptos a captar e interpretar os signos que manifestam a existência de uma nação já inscrita na “realidade”, ainda que desprovida de expressões culturais ou políticas. A estreita ligação entre cultura e política, e o papel que o intelectual brasileiro adotou para si de construtor da “cultura brasileira” e, mais tarde, de guardião dessa cultura sucessivamente ameaçada por fatores diversos permaneceu ao longo do século XX. Não é por acaso se os intelectuais da ABL abordam essas questões quarenta anos depois na ESG, sobretudo porque muitos deles já eram bastante ativos nos anos 1920.

Assim sendo, ao analisarmos essas conferências nos propomos a mostrar que

houve uma convergência entre a maneira como os intelectuais interpretavam a história do Brasil e o discurso oficial do regime civil-militar, e que, por isso, eles exerceram um papel de grande importância na legitimação desse regime. É importante deixar claro que nós não trabalhamos com a possibilidade de uma “cooptação” ou de uma “manipulação” desses intelectuais por parte do regime. Não devemos esquecer que eles chegam na ABL já consagrados e que, além disso, a ESG também acolhia entre seus conferencistas personalidades que não eram necessariamente favoráveis ao golpe ou à instalação de uma ditadura. As relações entre intelectuais e regimes autoritários são muito mais complexas e nós não deixamos de levar essa complexidade em consideração.

Dois temas foram privilegiados em nossa análise: a forma como a problemática da formação do povo e a definição da noção de “homem brasileiro” foram abordadas pelos imortais. Com base em uma conferência de Austregésilo de Athayde, nos propomos a analisar sua exposição da história do Brasil como sendo a história da formação do povo brasileiro a partir das três raças e que formaria o fundamento de uma “cultura brasileira” cujas coesão e harmonia seriam as suas principais especificidades. Em seguida, a partir das conferências de Cândido Motta Filho e de Clodomir Vianna Moog, examinaremos suas reflexões em torno da noção bastante vaga de “homem brasileiro”, assim como a forma como eles definem a sua “psicologia” e suas “características”. A nossa prioridade é pensar os desdobramentos políticos que emanam dessas interpretações em plena ditadura civil-militar.

1. A “gilbertização”¹ do Brasil : formação do povo, miscigenação, coesão e harmonia-

A análise da conferência proferida por Austregésilo de Athayde se torna mais interessante pelo fato de ter ocorrido já no contexto de radicalização política do último ano do governo Goulart, em maio de 1963. Ao longo de duas dezenas de páginas onde o presidente da ABL se propõe a definir algumas características psicológicas do povo brasileiro, o primeiro ponto importante diz respeito à questão da miscigenação racial.

¹ A expressão “gilbertização” é do historiador Carlos Guilherme Mota.

Podemos dizer que ele radicaliza a posição de Gilberto Freyre ao extremo ao afirmar que o povo brasileiro seria “a síntese da humanidade” pois o português, antes de se misturar aos negros e índios “sem o menor preconceito”, já carregava em si o sangue “ibérico, celta, grego, feniciano, romano, visigodo, judeu, árabe, francês, inglês, flamengo e castelhano” (REVISTA DA ABL, 1963), em suma, o sangue de todos os povos que passaram pela península ibérica. Assim, no Brasil segundo Athayde,

encontram-se as três raças formadoras do povo brasileiro, criando os laços de sangue que a preparação milenar do habitante da península, através de longo e constante processo de miscigenação, tornou fáceis, não havendo, da parte do branco, a mínima repugnância proveniente de razões físicas ou psicológicas à procriação com o aborígene e o africano, só hostilizada pelo espírito religioso que no tempo se fazia sentir, contudo, de maneira bastante débil. (REVISTA DA ABL, 1963:38)

Athayde prossegue sua conferência afirmando que o “sentimento nacional” teria se formado desde o início da colonização. Ele faz essa constatação baseado em obras literárias como a *Prosopopéia* de Bento Teixeira Pinto e nos versos de Gregório de Matos, mas invoca também a Guerra dos Emboabas e dos Mascates, além do conflito contra os holandeses. A expulsão desses últimos seria, para Athayde, “a prova do sentimento nacional e desse profundo instinto unitário que o Português transmitiu a seus descendentes na América” (REVISTA DA ABL, 1963:41). Segundo ele, unidade nacional e solidariedade entre as raças seriam concomitantes, esta última sendo o “princípio dinâmico da unidade das nações” (REVISTA DA ABL, 1963:41). É importante citar uma passagem que exprime bem a ideia de harmonia e ausência de conflito que as elites políticas e intelectuais conservadoras procuravam incessantemente apresentar como estando inscritas na história do Brasil. Athayde defende que

a sociedade que se organiza no sul não é diversa, na sua composição étnica ou nas características da sua psicologia, da que se estava sedimentando no nordeste e no norte. Temos ali a presença das três raças, o branco, o aborígene e o negro, que se miscigenam no mesmo espírito de tolerância e simpatia, sem repulsa ou preconceito, com a mesma benignidade de tratamento dado aos escravos que tanto impressionava os viajantes do tempo e os que mais observaram a escravidão no Brasil, sendo que alguns deles citados por Gilberto Freyre, se mostram verdadeiramente espantados com a harmonia reinante entre senhores e escravos e dizem que a condição do negro nas senzalas brasileiras é às

vezes bem superior à dos trabalhadores livres na Inglaterra [...] Na atitude amena dos senhores para com os escravos, na própria amenidade do temperamento dos negros-minas, nagôs, haussás, provenientes do Sudão, dos angolas, congos e cambindas e de uma vintena de outras raças africanas, assim como na doçura natural dos indígenas, no sentimentalismo e nos pendores místicos das três raças estão as raízes da democracia social brasileira (REVISTA DA ABL, 1963:42)

O presidente da ABL retrança portanto a história social e econômica do Brasil enfocando a “aculturação harmônica” das diferentes “raças” constitutivas do povo brasileiro e suas “características psicossociais” que seriam, segundo ele, a docilidade, o sentimentalismo, a cordialidade e a afetividade. Esses dois elementos — aculturação harmônica e características psicossociais — estariam na origem da “unidade nacional” e da “democracia social brasileira”. Na segunda parte de sua conferência, Athayde disserta sobre os fatores que poderiam colocar em perigo a “unidade nacional” e ameaçar a “segurança interna”. Ele estabelece assim uma ligação entre a história do Brasil e a ameaça que representaria o comunismo e o marxismo para a segurança e a unidade nacional.

Athayde defende que a constituição histórica do povo assim como suas características psicossociais teriam impedido sua adesão ao comunismo. Existiria ainda um risco. O fato de possuir uma mesma língua e uma mesma religião não seria suficiente para garantir a unidade do país:

Existe sim muita religiosidade, apego aos sentimentos religiosos colhidos na tradição da família. Pergunta-se se essa religiosidade será suficiente como defesa contra a ideologia marxista, se devemos contar com o catolicismo do povo como elemento de segurança contra o comunismo. Nutro dúvidas a respeito [...] A propaganda comunista não é feita à base da negação dos dogmas e do ataque à religião. Os agentes do comunismo buscam outros caminhos para chegar ao espírito das massas e assenhorar-se dele, inclusive servem-se da religião cristã em suas formas primitivas como argumento em favor do ideal comunista [...] Também a índole democrática do povo não constitui anteparo suficiente. A religiosidade e o sentimento político da igualdade e da liberdade predis põem a opinião a lutar contra os regimes que hostilizam ou suprimem os direitos fundamentais da personalidade humana e colocam o povo brasileiro em face do conflito mundial entre as democracias ocidentais e o totalitarismo soviético numa posição franca ao lado das primeiras, como já aconteceu nas duas grandes guerras do século. A mentalidade nacional inclinada ao sentimentalismo, à doçura, à tolerância, contrária às formas de violência do

Estado será sempre uma boa garantia contra a implantação de regimes políticos policialistas e opressores. O individualismo, a relutância à vida gremial, aversão às disciplinas rígidas, a consciência natural da liberdade americana, o espírito de independência que faz que o homem prefira a vida do cachorro magro da fábula, a miséria e a fome, à pele luzidia e à satisfação do cachorro gordo na coleira, tais tendências inatas, ligadas muito mais à experiência ancestral das três raças do que as ideias adquiridas, parecem-me elementos de maior importância para preservar contra os regimes opressivos. São virtudes e defeitos com os quais o povo brasileiro vem realizando pacificamente a sua revolução, galgando etapas do seu destino sem lutas sangrentas, por meio de revoluções brancas, com que se evitaram os ressentimentos de classes, de grupos raciais e de regiões. (REVISTA DA ABL, 1963:49)

A análise da conferência de Austregésilo de Athayde nos permite assim revelar o uso político de uma certa concepção de “cultura brasileira”, definida pelo acadêmico Josué Montello em 1967 como “democrática, heterogênea e plural”. Uma “cultura brasileira” defendida e difundida pela ABL e definida pela “miscigenação”, resultado da “aculturação harmônica das três raças”; pela “ausência de conflitos”; pela “unidade na diversidade”; pelo “sentimentalismo, a docilidade e a cordialidade”.

1. O “homem brasileiro” e sua psicologia

O “homem brasileiro” e sua “psicologia” é precisamente o tema das conferências de dois outros imortais, Cândido Motta Filho e Clodomir Vianna Moog. Este último se propõe a identificar em que momento o termo “brasileiro” teria adquirido um sentido ligado à ideia de pertencimento a uma nacionalidade, o que não teria ocorrido, segundo ele, antes do século XVIII. Entretanto, a partir desse momento, observa-se uma mudança: aqueles que nasciam na América portuguesa não queriam mais ir a Portugal, ponto de partida para a configuração do “brasileiro”. Por outro lado, tornava-se cada vez mais comum os casos de filhos de portugueses que, ao partir para fazer estudos em Portugal, descobriam que não se sentiam portugueses e queriam a todo custo voltar para o Brasil. Vianna Moog elege simbolicamente o poema de Gonçalves Dias como o momento do nascimento da Pátria. O “mazombo”, forma pejorativa de chamar aqueles que nasciam no Brasil, desaparece gradualmente do vocabulário.

Na parte final da conferência, Vianna Moog procura uma definição para a noção

de “homem brasileiro”: “Caros senhores, em que consiste ser brasileiro? Como distinguir um brasileiro?” (VIANNA MOOG, 1971:16). Ele esclarece que não está à procura de uma definição que poderíamos encontrar nos dicionários, ou seja, aqueles que nasceram no Brasil ou que adquiriram legalmente a cidadania brasileira por uma razão qualquer. O brasileiro que ele se propõe a definir é aquele “culturalmente” brasileiro, aquele “integrado” à cultura brasileira. Para responder, ele se baseia em alguns textos de Gilberto Freyre como *Uma cultura ameaçada*, de 1941, citada pelo imortal, e certamente, apesar de não fazer nenhuma referência, o conjunto de palestras publicadas sob o título de “O mundo que o português criou” (1940).

Para Vianna Moog, na raiz da “brasilidade” se encontraria a “lusitanidade” e, conseqüentemente, o brasileiro deve ser “lusitanizado”. Mas é necessário não confundir: a “lusitanidade” não é o lusitano, mas aquilo que vem do mais profundo da “latinidade”. E, quem não compreender essa “verdade fundamental” jamais compreenderá as características do brasileiro e da cultura brasileira.

Uma dessas características seria a capacidade de “assimilar, além do passado lusitano, também o passado africano e indígena” (VIANNA MOOG, 1971:19), o que nem os hispânicos nem os norte-americanos teriam conseguido. E nós devemos essa “capacidade de assimilação” à nossa “lusitanidade”, que seria completamente incompatível com todo tipo de radicalismo ou fanatismo. E também não compreenderá, e essa é a segunda característica do “homem brasileiro”, o que Vianna Moog percebe como uma enorme qualidade das elites políticas brasileiras: a sua vocação para antecipar-se às pressões das massas para promover as reformas políticas e sociais necessárias sem violência. Ele resume então alguns momentos de transição da história do Brasil que teriam sido atravessadas, segundo ele, “no bom momento e sem derramamento de sangue” o que não teria agradado aqueles que ele designa ironicamente de “alguns patriotas” numa referência explícita aos comunistas:

Haverá certamente em nosso meio muita gente que não goste deste estilo e que talvez preferisse que a nossa Independência, por exemplo, tivesse sido conquistada à maneira sanguinolenta como o foi — muito prematuramente, a meu ver, pelas repúblicas hispano-americanas — e não manipuladas na hora certa, nem antes, nem depois, com o jeito, o tacto, o toque mágico e ao mesmo tempo a firmeza de um José Bonifácio. Haverá também quem deplore que a Abolição não nos tivesse custado um milhão de vidas, que é

quanto deve ter custado aproximadamente ao povo norte-americano a sua guerra civil. Estes mesmos é possível que desaprovem as nossas fronteiras demarcadas por comissões mistas e tribunais internacionais de arbitragem, com os mapas à mão e à vista, ao estilo do grande Rio Branco, e não na marra, ao arbítrio do vencedor e complacência forçada do vencido. E não faltará, enfim, quem se arreneque com a República pela maneira como foi proclamada e com a Revolução de 30, pela forma como concedeu aos operários aquilo que, no entender desses patriotas, os operários deveriam conquistar a ferro e fogo. Esses patriotas provavelmente continuarão murmurando porque as reformas de estrutura por que o Brasil está passando a partir da Revolução de 64, sobretudo nos dias que correm, não estão sendo suficientemente argamassadas com o sangue de soldados, estudantes, operários e camponeses, como mandam as regras de suas cartilhas. (VIANNA MOOG, 1971:20)

Nesse momento, o ocupante da cadeira número quatro da ABL faz uma distinção entre duas categorias de brasileiros : os “verdadeiros” brasileiros e aqueles que “já não o são mais” ou que “ainda não o são”, quer dizer, que não teriam perdido a sua cidadania mas a sua “lusitanidade”:

Mas esses, convenhamos, ainda não são brasileiros, ou já não são brasileiros. Serão ainda mazombos ou brasileiros que, sem terem perdido a cidadania, perderam o seu lastro de lusitanidade. Em ambos os casos são arcaicos. Mergulhados em Darwin ou Karl Marx, duas personalidades que cada uma a seu modo sempre se sentiram terrivelmente oprimidas pelo passado, não conhecendo outro estilo e outra linguagem senão o jargão que dá curso forçado a expressões como luta de classes, sobrevivência do mais forte, exploração do trabalho, seleção natural, fator econômico, dialética materialista ou simplesmente dialética, socialismo científico, alienação, radicalização e pressão, não perceberam que o mundo, com o advento da energia atômica, passou a viver dentro de outra era e esta nova era converteu a guerra com que outrora se simplificavam todos os problemas, numa impossibilidade, numa utopia, tornando de repente anacrônicas as filosofias políticas e sociais inspiradas em Darwin e Karl Marx... (VIANNA MOOG, 1971:20)

E conclui sua conferência com o mesmo clima de otimismo e euforia que marcou o início da década de 1970: “E querem saber os senhores o que é que a nova era veio tornar vigente? O estilo, as aspirações e os valores da lusitanidade, que encontram hoje na cultura luso-brasileira a sua mais forte expressão” (VIANNA MOOG, 1971:21).

É um trecho impressionante e exemplar da conexão entre uma certa

interpretação do Brasil e da “Cultura Brasileira” e o projeto do regime civil-militar. Entre os dois, encontramos o intelectual, elemento fundamental dessas trocas. Como já havíamos mencionado, essa interpretação é profundamente influenciada pelos escritos de Gilberto Freyre. É importante observar que nos anos que se seguiram à publicação de *Casa Grande & Senzala*, o seu autor não cessou de refletir sobre questões ligadas à cultura brasileira que ele insere em seguida num todo mais amplo que seria a cultura luso-afro-brasileira, como podemos constatar com a publicação de “O mundo que o português criou”. Nesse trabalho, Gilberto Freyre sugere a existência de uma suposta especificidade cordial e uma grande capacidade, da parte do português, de se adaptar aos trópicos como agente de uma miscigenação democratizante de um ponto de vista étnico. (FREYRE, 1940).

Entretanto, a conferência de Vianna Moog na ESG, proferida em setembro de 1971, se insere num contexto de uma importante revisão historiográfica iniciada alguns anos antes. No momento em que ele define de forma tão convicta o “homem brasileiro” com base na “verdade fundamental” do “lusitanismo”, podemos observar o surgimento de obras, exatamente no mundo luso-afro-brasileiro, que condenam a ideia de uma cultura “lusio-tropical” harmônica e coesa: entre outros, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Raimundo Faoro no Brasil; Vitorino Magalhães Coutinho em Portugal; e Almícar Cabral na África. No plano político, Portugal passava por profundas transformações. Salazar havia morrido menos de um ano antes, as colônias portuguesas da África estavam em plena guerra civil que iria culminar em suas Independências e, finalmente, estava-se a apenas três anos da Revolução dos Cravos. O mundo que o português criou estava, portanto, prestes a ruir (MOTA, 2010:223).

Finalmente, é importante assinalar a maneira com que Vianna Moog estabelece uma linha de continuidade lógica entre os momentos de transição da história do Brasil, da Independência ao golpe de Estado de 1964 — a “Revolução de 64”, segundo ele —, apresentando-os como uma sequência lógica necessária e levados à cabo de forma inteligente por uma elite política que soube fazê-lo sem conflitos. Essa teria sido a forma correta de empreender as reformas e, quem quer que discordasse das etapas desse processo, seja a Independência no século XIX seja o golpe de Estado de 1964, não seria um “verdadeiro” brasileiro.

O homem brasileiro também é o tema da conferência de Cândido Motta Filho,

intitulada “Os elementos básicos da nacionalidade - o homem”, e está dividida em quatro partes : “O homem histórico”, “O homem físico”, “A psicologia do homem brasileiro” e “O homem brasileiro no plano social”. Segundo Cândido Motta Filho, para poder entender o “homem brasileiro”, é necessário abordá-lo de diversos ângulos. Mas é a terceira parte de sua conferência que nos interessa particularmente e com a qual entramos na última parte da nossa análise. O imortal paulista, Ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1956 e 1968, afirma que se pode falar de uma psicologia de um povo, seja ele alemão, americano ou português, da mesma forma que se fala de psicologia individual. Segundo ele, a psicologia de um povo se define pela coexistência habitual, pelas instituições sociais, pelos processos da linguagem e pelas crenças religiosas. Tudo isso permitiria capturar uma “natureza”, um “comportamento próprio”.

Entre as características citadas por Cândido Motta Filho, ele se detém particularmente em uma: a “cordialidade espontânea”. A noção de cordialidade foi analisada por Sérgio Buarque de Holanda no seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, ainda hoje um clássico incontornável da historiografia brasileira. Uma parte desse trabalho, em que ele faz referência à noção de “homem cordial” abordada no momento em que ele examina as tensões entre as formas de sociabilidade do mundo moderno, foi alvo de uma polêmica que durou várias décadas. Para Buarque de Holanda, o indivíduo formado em um ambiente patriarcal terá muitas dificuldade em distinguir entre o público e o privado. Seria o caso do Brasil, país onde as relações originadas na vida privada — ligações afetivas e familiares — teriam predominado na administração pública. São justamente essas formas de relação, típicas da vida rural e patriarcal, que teria gerado a cordialidade que se caracterizaria, entre outros aspectos, pela franqueza, hospitalidade e generosidade. Portanto, a cordialidade não tem nada a ver com as boas maneiras, a civilidade ou a polidez, um vez que isso implicaria o controle e a subordinação das emoções a um conjunto de regras e normas socialmente estabelecidas. Ora, a cordialidade, segundo Buarque de Holanda, é justamente o contrário, isto é, um comportamento que tem origem na emoção e portanto, não subordinado a normas de comportamento social.

A conferência de Cândido Motta Filho é um exemplo edificante da maneira como algumas noções construídas e aceitas ao longo do século XX sobre a identidade do homem brasileiro foram apropriadas pelos diferentes regimes autoritários. Ele afirma

que o “homem cordial” provém da profunda ligação que o homem brasileiro tem com a terra e que assim

ele supera as distâncias, os isolamentos, a rotina da vida vilareja, sem acontecimentos e sem história, manifestando-se acolhedor, fazendo de sua casa, a casa de seus hóspedes, desfazendo as cerimônias com a alegria com que oferece o melhor cômodo de sua casa e a melhor comida da sua mesa [...] O hábito de receber, para o qual, sem dúvida, influi a sensibilidade por demais sensível, do brasileiro — é proveniente, assim de raízes profundas, como teve prova multiplicada, Eduardo Prado, quando, em São Paulo, atravessava o sertão, para alcançar a Bahia [...] Os conflitos que surgem, que se mostram inteirados de violência, as famosas lutas entre famílias, estudadas principalmente por Oliveira Vianna, não consegue apagar o teor da cordialidade, pois que a cordialidade é a regra e o conflito é a exceção (MOTTA FILHO, 1968:9).

Quando Cândido Motta Filho faz referências à “cordialidade” do homem brasileiro, ele reforça justamente a ideia do senso comum que acredita que essa noção faz referência a uma suposta civilidade ou polidez em oposição a uma índole que seria “conflituosa”. É também a forma utilizada pelo discurso oficial que por sua vez também dá um sentido muito diverso daquele que se encontra em *Raízes do Brasil*.

Conclusão

A ideia construída a respeito da Academia Brasileira de Letras e dos seus membros é bastante distorcida. Ao menos durante o período analisado nesse texto, os anos 1960 e 1970, em lugar de um grupo de senhores idosos e inofensivos que se limitariam a se reunir às quinta-feiras para tomar chá, a pesquisa nos mostrou um grupo de intelectuais muito ativo na vida política. Eles assumem postos de alta responsabilidade na administração pública, participam ativamente da elaboração de uma política cultural, se engajam na organização de cerimônias oficiais e, sobretudo, e é o que faz o papel do intelectual por excelência, não cessam de intervir no espaço público, seja através da publicação de artigos na imprensa, de publicação de obras mais elaboradas ou proferindo conferências em diferentes instituições.

Essa simples constatação não mede entretanto o grau de envolvimento de uma parte dos imortais na política. É a análise do que eles escreviam e o que eles diziam que

nos permite avaliar esse engajamento de uma forma mais sutil. No caso das conferências, objetivo desse artigo, nos interessa saber o que diziam os imortais ao falar numa instituição como a ESG que, apesar de abrir suas portas para personalidades bastante heterogêneas, tinha um perfil claramente conservador e se posicionou a favor do golpe de Estado de 1964. Que visão de mundo estava sendo transmitida? Como eles interpretavam a história do Brasil e do povo brasileiro? Como eles definiam o “homem brasileiro”? Enfim, como eles definiam a Cultura Brasileira?

A conferência de Austregésilo de Athayde é exemplar para mostrar como o conceito de “Cultura Brasileira” é retomado por uma parcela da intelectualidade durante os anos 1960 e 1970 tal como ela foi concebida nos anos 1930, especialmente por Gilberto Freyre: ela seria o resultado da aculturação das três “raças”. A noção de miscigenação, por sua vez, faz referência às noções de heterogeneidade e diversidade. Os “brancos”, “negros” e “índios” representariam a pluralidade étnica, cultural e física do Brasil; as regiões seriam as diferentes partes que, agindo em sinergia, definiriam a unidade nacional. A noção de mestiçagem possui então as características que definiriam a identidade nacional: unidade na diversidade. Mas o que é ainda mais interessante é a forma como o presidente da Academia Brasileira de Letras faz uso dessas construções interpretativas para “provar” a inviabilidade de um regime comunista no Brasil: tal regime estaria em contradição com as “tradições” da Cultura Brasileira, coesa e harmônica, e a índole do povo brasileiro, cordial e conciliador.

Finalmente, na última parte, analisamos como esses intelectuais definiam a psicologia do povo brasileiro e a “natureza” do “homem brasileiro” em particular. Nesse sentido, as conferências de Clodomir Vianna Moog e de Cândido Motta Filho nos permitiu avaliar como algumas noções criadas nos anos 1930 sobre o que caracterizaria a índole do homem brasileiro, como a cordialidade, o espírito conciliador e o sentimentalismo são utilizadas no contexto autoritário dos anos 1960 e 1970.

Bibliografia

Fontes

ATHAYDE, Austregésilo. *Caraterísticas psicossociais do povo brasileiro*. Conferência proferida no dia 28 de maio de 1963 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *A opinião pública e o poder nacional*. Conferência proferida no dia 06 de abril de 1963 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Aspirações e interesses nacionais. Objetivos nacionais permanentes do Brasil*. Conferência proferida em 1959 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *O panorama mundial da atualidade*. Conferência proferida no dia 10 de maio de 1955 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *A política dos Estados Unidos na América Latina*. Conferência proferida no dia 28 de maio de 1956 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Política externa do Brasil*. Conferência proferida em 1957 na Escola Superior de Guerra.

CALMON, Pedro. *A cultura brasileira e suas características*. Conferência proferida no dia 22 de maio de 1980 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Evolução cultural do Brasil*. Conferência proferida no dia 06 de setembro de 1974 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

LIMA, Hermes. *Síntese da conjuntura nacional*. Conferência proferida em 1962 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Democracia, socialismo, totalitarismo: repercussões na segurança nacional particularmente no campo da política interna*. Conferência proferida em 1960 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

MONTELLO, Josué. *A cultura brasileira*. Conferência proferida em 1977 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

MOTTA FILHO, CÂNDIDO. *Elementos básicos da nacionalidade - o homem*. Conferência proferida no dia 16 de maio de 1968 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *O papel da comunicação social na cultura nacional*. Conferência proferida no dia 07 de setembro de 1972 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

REALE, Miguel. *Estruturas políticas contemporâneas*. Conferência proferida no dia 08 de junho de 1970 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Sentido da cultura política brasileira*. Conferência proferida em 1979 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Os partidos políticos e a democracia no Ocidente*. Conferência proferida no dia 05 de agosto de 1980 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *A experiência jurídica brasileira*. Conferência proferida no dia 27 de agosto de 1974 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Problemas institucionais do Estado contemporâneo*. Conferência proferida em 1973 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, José Honório. *Elementos básicos da nacionalidade brasileira - o homem*. Conferência proferida em 1964 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *O caráter nacional brasileiro*. Conferência proferida no dia 26 de maio de 1980 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Características do povo brasileiro*. Conferência proferida no dia 23 de maio de 1985 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

VIANNA MOOG, Clodomir *Do mazombo ao brasileiro*. Conferência proferida no dia 08 de setembro de 1971 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *Integração psico-social do povo brasileiro*. Conferência proferida em 1959 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

____. *A situação social do mundo*. Conferência proferida em 1964 na Escola Superior de Guerra. Biblioteca da Escola Superior de Guerra, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Geral

ANDERSON, Benedict. *L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris : La Découverte, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHIRIO, Maud. *La politique des militaires. Mobilisations et révoltes d'officiers sous la dictature brésilienne (1961-1978)*. Thèse de doctorat en Histoire soutenu à l'Université de Paris I.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou e Uma cultura ameaçada*. Edição « Livros do Brasil » Lisboa, 1940.

GELLNER, Ernest. *Nations et nationalismes*. Éditions Payot, Paris, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Nations and nationalisms since 1780. Programme, myth, reality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

HROCH, Miroslav. *Social preconditions of national revival in Europe*, Cambridge, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo : Editora 34, 2008.

_____. *História e contra-história. Perfis e contrapontos*. São Paulo : Editora Globo, 2010.

MOTA, Lourenço Dantas (dir.). *Um banquete nos trópicos*. São Paulo : Editora Senac, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo : Brasiliense, 2006.

PÉCAUT, Daniel. *Entre le peuple et la nation. Les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris : Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1989.

REIS, Elisa P. . *O Estado como ideologia: o caso brasileiro*, Rio de Janeiro, Estudos Históricos, 1988.

VELLOSO, Mônica P. *A literatura como espelho da nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1988.